

Entre o vale e a montanha: praticando a economia em tempos difíceis *

Roberto Fendt Jr. **

1. Rigor e relevância; 2. Política versus técnica

"The administration of the great system of the universe, however, the care of the universal happiness of all rational and sensible beings, is the business of God, not of man. To man is allotted a much humbler department, but one much suitable to the weakness of his powers, and to the narrowness of his comprehension — The care of his own happiness of that of his family, his friends, his country: that he is occupied in contemplating the more sublime, can never be an excuse of his neglecting the more humble department;

* Esta é uma versão revista do trabalho apresentado no simpósio; algumas dessas idéias foram anteriormente expostas em artigo publicado na revista *Exame* de 29 de setembro de 1976. Esse processo de aproximações sucessivas talvez tenha sido melhor caracterizado na terceira versão de um mesmo trabalho de Edmund Phelps. Em nota de rodapé ele conta a história do tenor italiano que fazia uma *tournee* pelas províncias. Após ser longamente aplaudido pela sua primeira ária da ópera, ele repetiu a ária. Novamente, insistentes aplausos e outro bis. Quando a audiência pediu a ária uma terceira vez, o tenor dirigiu-se à platéia nos seguintes termos: "*Molte grazie*, mas se eu interpretá-la novamente, provavelmente não terei voz para terminar a ópera." Ao que um ouvinte na platéia retrucou: "Você vai cantá-la novamente e continuará cantando até conseguir interpretá-la direito." Algumas das idéias aqui expostas clarificaram-se nas infatigáveis discussões que mantive com Paolo Zaghen a respeito do método em economia; infelizmente não posso fazê-lo partilhar das deficiências desse trabalho.

** Da Fundação de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) e professor da EPGE/FGV.

and he must not expose himself to the charge which Avidius Cassius is said to have brought, perhaps unjustly, against Marcus Antonius, that while he employed himself in philosophical speculation, and contemplated the prosperity of the universe, he neglected that of the Roman Empire. The most sublime speculation of the contemplating philosopher can scarce compensate the neglect of the smallest activity."

Adam Smith. *The theory of moral sentiments*.

"Zen is the "spirit of the valley", not the mountaintop. The only Zen you find on the top of mountains is the Zen you bring up there. To discover a metaphysical relationship ... at some mountaintop of personal experience is very spectacular and very unimportant. (...) What's important is the relevance of such a discovery to all the valleys of this world, and all the dull, dreary jobs and monotonous years that await all of us in them."

Robert M. Pirsig, *Zen and the art of motorcycle maintenance; an inquiry into values*.

Crises econômicas e a adolescência têm em comum uma unicidade aparente: a percepção da crise exige uma perspectiva histórica que ultrapassa os limites e interesses do comum dos cidadãos, preocupados mais com cada etapa única de suas vivências do que em extrair de uma cadeia de eventos uma lei geral de desenvolvimento. No mais das vezes, uma crise propicia os requisitos necessários ao questionamento dos padrões passados e no mais das vezes cria também as condições para uma rebeldia com relação a esses padrões, especialmente quando o entedimento das forças subjacentes escapa ao observador.

Dentre as reflexões propiciadas por este simpósio eu escolhi falar-vos do papel do economista e da teoria nessa fase de transição da economia brasileira, propondo a discussão de dois tópicos que vêm sendo frequentemente abordados no mundo acadêmico e entre não-profissionais. O primeiro deles refere-se à constatação de um grande isolamento e desencanto com a profissão, identificando-se como principal causa desse isolamento uma tomada de posição, pelo mundo acadêmico, em favor de um progressivo rigor em detrimento da relevância do objeto da ciência. O segundo diz respeito à sugestão de que no impasse "política *versus* técnica" a solução esteja numa tomada de posição tecnicista por parte da profissão. A citação em epígrafe nessas reflexões deixa claro que no tempo de Smith essas dicotomias não estavam presentes; serve também para recordar que ainda per-

sistem, em alguns quadrantes, as noções de que a economia é um fenômeno humano (e portanto político) e seu domínio são os problemas do homem concreto e não uma inatingível e ilógica precisão que não existe sequer nas ciências físicas.

1. Rigor e relevância

Falando perante o octogésimo oitavo encontro da American Economic Association, em dezembro do ano passado, Robert Aaron Gordon observou que: “Primeiro, a linha mestra da teoria econômica sacrifica excessivamente a relevância na sua insistente busca de um crescente rigor. E, segundo, nós economistas damos muito pouca atenção a um marco institucional em *constante mutação* e que condiciona o comportamento econômico. Nós não reexaminamos com frequência suficiente nossos postulados básicos à luz de mudanças nesse marco e, talvez mais importante, nos esquivamos das questões importantes acerca de como e por que o marco institucional está mudando — e para onde ele nos leva.”¹

Meus comentários aqui vão se limitar ao primeiro aspecto destacado por Gordon, já que *A riqueza das nações*, em sua essência, consiste precisamente numa longa demonstração de que o marco institucional é relevante e que a riqueza das nações seria mais bem servida por uma rejeição do nacionalismo cego do mercantilismo e sua substituição pelo internacionalismo do livre comércio. Como sou o último a falar nesse simpósio, tomo como um dado que as implicações dessa posição já tenham sido exaustivamente tratadas pelos que me precederam, de forma que poupo ao leitor uma repetição desnecessária.

Na definição de Robbins — a forma mais condensada e aceita de conceituar os limites da ciência — o escopo da economia consiste na alocação de recursos escassos entre fins alternativos. Como qualquer classificação em ciência, o aspecto vago da definição não tem qualquer implicação negativa sobre o seu emprego. Numa ciência positiva, termos vagos assumem conotações específicas em situações e interesses específicos do pesquisador. Como a simplificação é necessária para que a ciência — na metáfora de Robinson — funcione como um mapa, em lugar de pretender reproduzir a realidade em seus mínimos detalhes, onde deve parar esse

¹ Gordon (1976).

grau de abstração? Se existe efetivamente um *trade-off* entre rigor e relevância, não estará o processo de refinamento sujeito, como tudo o mais, às conseqüências da lei das proporções variáveis? Um exemplo típico de aplicação desse questionamento vem à mente quando se procura discutir a busca do rigor em dois dos mais queridos e pesquisados campos por onde enveredou a profissão, a teoria do equilíbrio geral e sua contrapartida macroeconômica, a teoria neoclássica do crescimento equilibrado. Discutindo rigor e relevância nesses exercícios, Gordon nota que: “Particularmente na teoria do equilíbrio geral, parece-me que a relevância tem estado largamente ausente na literatura recente. Para encontrar muita relevância ao nível teórico e aqui me refiro somente à literatura teórica, devemos retornar à análise de equilíbrio parcial de Alfred Marshall e seus seguidores. Walras, Pareto e seus seguidores — com suas hipóteses de concorrência perfeita, preços perfeitamente flexíveis, informação gratuita e mercados futuros ilimitados — contribuíram muito pouco para a relevância em sua busca incansada de rigor.”²

Esse questionamento, essa dúvida quanto ao papel da teoria, contrasta vivamente com o pensamento tanto de Smith quanto de toda a tradição clássica em economia. No prefácio dos seus *Princípios*, Mill informa-nos que seu objetivo é “reavaliar o campo da economia política em toda a sua extensão, mais não seja pelo propósito de incorporar os resultados das [então correntes] especulações [e aplicações da teoria], de forma a *harmonizá-las* com os princípios previamente estabelecidos”. Mais adiante, refere-se a *A riqueza das nações*, elogiando “a associação dos princípios com suas aplicações”, daí concluindo que dessa forma atinge-se uma maior amplitude de conhecimento que “aqueles incluídos na economia política considerada como um ramo de especulação abstrata”. Destas passagens sobressaem duas idéias importantes: primeiro, de que teoria e aplicação, no paradigma clássico, formam um todo indissolúvel; e segundo, nos dá um enfoque de teorização importante para o problema que estamos discutindo.

Harmonizar fatos novos com princípios previamente estabelecidos: que implicações tem essa afirmação para a natureza do conhecimento em economia? Uma forma de responder a essa indagação consiste em obter um “distanciamento” do problema imediato e discutir alternativamente o problema no domínio da geometria. Robert Pirsig reproduz a discussão de Poincaré a respeito dos problemas decorrentes do desenvolvimento da

² Gordon (1976).

geometria não-euclidiana a partir dos trabalhos de Lobachevski e Rieman. A questão central é a seguinte: se diversas geometrias podem ser logicamente consistentes, diferindo apenas por partirem de axiomas diferentes, qual delas é a “verdadeira” (e, portanto, “relevante”)?

Se elas diferem por diferenças de axiomas — nos diz Poincaré no seu *Foundations of science* — devemos concentrar-nos em descobrir primeiro qual é a natureza dos axiomas em geometria. Certamente eles não são nem imanescentes à consciência humana (já que então seria impossível a construção de uma geometria não-euclidiana porque os axiomas não permitiriam rejeição) nem resultantes da experiência imediata, em cujo caso eles estariam sendo continuamente revistos à medida em que cada nova informação a respeito da realidade se tornasse disponível. Claramente, essa segunda alternativa não se coaduna nem um pouco com a natureza da geometria, como nós a conhecemos.

A conclusão inevitável é a de que os axiomas em geometria são *convenções* e “que a nossa escolha entre todas as possíveis convenções é guiada pelos fatos da experiência, mas permanece *livre* e é limitada somente pela necessidade de evitar-se qualquer contradição. É dessa forma que os postulados permanecem rigorosamente verdadeiros ainda que as leis experimentais que determinaram sua adoção sejam apenas aproximações. Os axiomas da geometria, em outras palavras, são meramente definições disfarçadas.”³

Se é assim, é inevitável concluir que não existe uma geometria “mais verdadeira” que outra, ou que uma delas é falsa, mas tão-somente que uma é mais *conveniente* que a outra para uma determinada aplicação.

A pergunta que se impõe naturalmente nesse contexto diz respeito aos fatos que suportam os modelos teóricos e seus axiomas básicos. Da totalidade, da variedade infinita de fatos que compõem a realidade, *quais* deles devemos observar? Que *hipóteses*, dentro do conjunto das hipóteses possíveis, devemos fazer? Certamente, quanto mais geral um fato, mais precioso ele é. A escolha, contudo, permanece irritantemente ampla. Algum critério precisa ser explicitado. O critério proposto por Poincaré está baseado na “harmonia dos números e das formas, na elegância geométrica. (...) É a busca dessa beleza clássica, o sentido de harmonia do cosmos que nos faz escolher os fatos que mais contribuem para essa harmonia”. Somente podemos ter certeza do conhecimento da realidade na medida em que a

* Pirsig (1974).

nossa percepção dela coincide com a percepção de outras pessoas, e essa percepção comum, *pela sua harmonia*, permite-nos reconhecer nos outros, seres tão “razoáveis” como nós mesmos.

O problema aqui é semelhante ao proposto por Wittgenstein, quando ele perguntava sob que condições podemos empregar termos comuns, como “cadeira”, por exemplo, de uma forma inequívoca? Se não podemos saber o que uma cadeira *é*, explicitamente, podemos ter uma idéia intuitiva do significado de “cadeira” pelos atributos que somente essa classe de objetos possuem. Como não existe um conjunto de atributos que seja simultaneamente aplicável a todos os membros de uma mesma classe e somente a ela, o emprego de um termo comum justifica-se pelo fato de que o objeto em observação possui uma semelhança com outros da classe previamente definida, isto é, na própria observação do fenômeno utilizamos a convenção previamente estabelecida e partilhada pela comunidade científica como uma de suas convenções. A versão *naïve* do positivismo lógico, ao sustentar que a própria existência de um critério para a escolha de axiomas contrasta o “espírito científico”, não somente violenta a forma através da qual o conhecimento em ciência progride (no sentido de produzir soluções permanentes para um grupo de problemas), como ignora que a definição de um critério de “observação de fatos” é em si um critério não-observável e portanto contraditório com o seu princípio de “objetividade”. Fatos sem teorias, desde o trabalho clássico de Leontieff, persistem em apenas círculos pouco informados. . .

Claramente, portanto, em geometria como em economia, uma predisposição quanto aos aspectos da realidade a observar é necessária, de forma a produzir-se uma forma harmônica de conhecimento. De que depende, em economia, essa harmonia?

Antes de pretender discutir esse ponto, vale a pena elaborar um pouco a respeito da conceituação dos axiomas em economia como convenções. Em diversos problemas concretos torna-se necessário dispor-se de uma avaliação das conseqüências de políticas alternativas na solução de problemas específicos. Considere-se, por exemplo, um dos problemas mais relevantes da atual conjuntura brasileira, o déficit no balanço de pagamentos. Independentemente com o que possa ocorrer com a conta de capitais, qualquer medida que reduza o déficit na balança comercial atua no sentido de reduzir o endividamento externo, uma vez que essa nada mais é que o somatório dos déficits passados na conta de transações correntes financiadas por empréstimos. Uma possível alternativa para reequilibrar a conta de mercadorias consiste em substituir-se o atual vetor de

preços de importação e exportação por outro, onde uma variação no câmbio substitua tarifas e subsídios. Desconhecidos os indicadores de preferência individual, o problema de análise econômica consiste na avaliação das conseqüências, em termos de bem-estar geral, da alternativa sugerida, a partir de informações de preços e quantidades revelados no mercado. Em diversos momentos do tempo, tem-se proposto convenções para a mensuração dos efeitos de políticas alternativas, utilizando-se de alguma forma o conceito de excedente do consumidor. É bastante conhecida a passagem dos *Foundations* de Samuelson, onde ele afirma: “Se fôssemos começar novamente a dar respostas aos seguintes problemas, em nenhum deles o excedente do consumidor seria necessário ou desejável: deveriam Robinson Crosuê, um Estado socialista, ou uma economia capitalista construir uma ponte? Impostos indiretos são preferíveis a impostos diretos? Preços diferenciados devem ser permitidos se um preço uniforme for incapaz de manter o nível de atividade de um particular setor? O número de firmas produzindo produtos diferenciados deve ser reduzido e de que forma? Uma pequena indústria deve contrair-se ou expandir por meio de um imposto ou subsídio? etc., etc. Exceto por seus aspectos interpessoais, todas essas questões podem ser mais convenientemente (e mais honestamente!) respondidas em termos do mapa de preferência ordinal do consumidor.”

E, no entanto, como observou Little, toda a construção teórica subjacente à construção de indicadores de bem-estar a partir da utilização do excedente do consumidor deveu-se, precisamente, ao desconhecimento dos mapas de preferências individuais! ⁴ Muito da discussão entre nós referente ao acerto da utilização de um sistema de mensuração desse tipo prende-se ao fato de que o que normalmente entra na discussão não é a consistência lógica do indicador, nem a conveniência ou não de dispor-se de um tal índice que permita inferências onde faltam informações a respeito das preferências individuais, mas a própria axiomática subjacente ao índice. Essa é uma discussão importante, sem dúvida; porém pouco frutífera se não for reconhecida como proposição de negação de um prévio paradigma, ou sem a sugestão de um novo para substituí-lo. Muito da confusão nessa e em outras áreas de aplicação da teoria poderiam ser reduzidas se se aceitasse como um fato da vida que instrumentais diferentes refletem simplesmente julgamentos quanto à conveniência ou não de aplicação de convenções alternativas para a solução de um particular problema e que não existem teorias “certas” ou “erradas”. Nunca é demais lembrar que a

⁴ Little (1950).

projeção de Mercator — com todos os seus defeitos de ampliar exageradamente as áreas nos limites superior e inferior dos mapas — tem-se mostrado extremamente conveniente para diversos problemas de navegação, mas que o mundo pode ser representado por diversas outras projeções e, incidentalmente, independe, em sua forma real, de qualquer delas. . .

2. Política versus técnica

Essa ordem de reflexões conduz-nos a uma de caráter mais geral. Queixas quanto ao envolvimento dos economistas na seara privativa dos *policy-makers* vêm-se avolumando e alguns chegam a sugerir que a função dos técnicos resume-se em apresentar as diversas alternativas disponíveis e suas conseqüências em cada caso. Por trás desse argumento — com as habituais reservas que mais confirmam que reprovam o argumento — está a idéia de que é possível a existência de uma ciência completamente desvinculada de juízos de valor. Faz mais de 20 anos Viner nos advertia que “o economista, como tal, não tem qualquer obrigação de assumir o papel de estadista e estará cumprindo religiosamente com o seu dever se fornecer ao estadista conselho sólido com respeito aos meios e fins econômicos. Deve ser lembrado, contudo, que o economista deve ao estadista a consideração da maior amplitude possível de meios e fins econômicos que ele é capaz de reconhecer e tratar e ter em mente e tornar evidente aos outros as limitações de sua análise e a possível significância do que ficou de fora da análise. Devemos suspeitar e encorajar a suspeita por parte dos não-economistas, de uma tendência no sentido de uma maior simplicidade e rigor nos modelos econômicos numa época em que é aparente mesmo ao homem comum que o mundo econômico real se tornou progressivamente mais complexo e seus problemas menos suscetíveis de soluções exatas e sem ambigüidade.”⁵

O argumento, contudo, não se esgota aí. Juízos de valor estão constantemente alterando a nossa hierarquia de fatos a observar e a conveniência de instrumentos analíticos para o tratamento de problemas práticos. Querelas paroquiais entre economistas, embora não contribuam em nada para reduzir o desconforto do público leigo, constituem o mecanismo natural de tornar mais explícita a harmonia que cada participante da discussão

⁵ Viner (1953).

está buscando. No *Galileu*, de Brecht, existe um diálogo entre o mestre e seu discípulo que sintetiza melhor que nada a argumentação desenvolvida até aqui:

MONGE: — Você não acredita que a verdade, se verdadeira, se afirmará por si mesma?

GALILEU: — Não! Não! Não! Da verdade só passará aquilo que fizermos passar!

A queixa de Gordon quanto aos caminhos por onde enveredou a profissão e as queixas que o homem da rua faz, no fundo refletem a insatisfação do público em geral e de boa parte da própria profissão com respeito à ausência de definição dessas verdades que queremos passar.

Um exemplo típico da aplicação dessas idéias pode ser encontrado no papel do comércio exterior. No livro IV, cap. I, de *A riqueza das nações*, Smith observa que: “Através dele se dá valor aos seus supérfluos, trocando-os por outros bens, que podem satisfazer uma parte de suas necessidades, um aumento de seu bem-estar. Através dele a estreiteza do mercado interno não impede a divisão do trabalho de ser conduzida à mais alta perfeição em qualquer ramo particular da arte da manufatura. Abrindo um mercado mais amplo para qualquer parcela do produto do seu trabalho que possa exceder o consumo doméstico, ele encoraja a melhoria de suas forças produtivas e o aumento de seu produto anual ao máximo e portanto a elevação da renda real e da riqueza da sociedade. É com esses grandes e relevantes serviços que o comércio exterior está continuamente ocupado, e seus efeitos abrangem todos os países entre os quais é praticado. Todos derivam grande benefício dele.”

Diferentemente, o balanço de pagamentos é hoje encarado quase que completamente como objetivo em si mesmo e as preocupações com o comércio exterior resumem-se na especulação em torno de como obter mais reservas para o financiamento do déficit. Nesse, como em outros episódios — por exemplo, a permanência e força da *Teoria do crédito legítimo* entre profissionais e autoridades — a tradição mercantilista permanece imbatível. O esforço de uma legião de economistas — da qual não escapa o presente autor — em encontrar meios práticos de promover o influxo de “metais preciosos” poderia ter sido assim comentada por Smith: “Importar o ouro e a prata [e dólares] que possam ser necessários, em países que não têm minas, é, sem dúvida, uma parte importante, das transações de comércio

exterior. É, contudo, uma parte muito insignificante. Um país que pratica o comércio exterior meramente com esse objetivo dificilmente terá ocasião de carregar um navio num século.”⁶

Como cientistas, parece-me imperioso que a profissão tenha uma posição tomada quanto à sua capacidade em contribuir com soluções aos problemas emergentes e às limitações dessa capacidade. Sem a pretensão de uma agenda, gostaria de sugerir alguns pontos de reflexão. O principal deles, o de que a economia é um meio e não um fim e que, na realidade em que vivemos, o fim desejado é uma sociedade aberta e pluralista. Qualquer contribuição que a profissão possa pretender dar à ciência deve necessariamente estar contida nesse marco de política mais amplo. No meu entender, a construção de uma sociedade aberta e pluralista e o crescimento econômico são duas faces de um mesmo projeto; e o lado econômico do projeto requer tanto uma maior divisão do trabalho como uma maior acumulação de fatores de produção. A divisão do trabalho depende principalmente do tamanho do mercado; observando-se aqui que, por força das leis inexoráveis da aritmética, a soma do mercado interno com o mercado externo é maior que cada um dos seus componentes, contrariamente ao que pensam alguns. . .

O segundo motor do crescimento — a acumulação de fatores — necessariamente coloca a discussão do papel da distribuição no desenvolvimento. É necessário lembrar que não existem evidências sólidas de que exista um *trade-off* entre crescimento e distribuição no longo prazo; ao contrário, toda a evidência é no sentido de que a redistribuição relevante (isto é, não do fluxo de renda mas das *fontes* da renda) é condutiva ao desenvolvimento, além de que a concentração da renda está indissolivelmente ligada à concentração na propriedade das fontes de renda. Qualquer projeto redistributivo sério deve ir à raiz do problema e redistribuir riqueza, mas principalmente aquelas formas de riqueza que impliquem um acréscimo ao estoque total da riqueza nacional e que são o nosso recurso mais escasso, o capital humano em todas as suas formas.

Qualquer que seja a agenda, contudo, a superação dos binômios rigor-relevância e técnica-política somente pode se dar na prática diária da participação no processo de definição dos rumos de nosso desenvolvimento. É essa participação que confere “qualidade” ao nosso trabalho e permite seu constante aprimoramento. E essa participação tem a consciência de sua limitação; como nas citações em epígrafe, cabe à profissão o departa-

• Smith (1937) p. 411.

mento mais humilde, aquele mais apropriado à fraqueza de nossas forças e à estreiteza de nossa compreensão — e é trabalhando nesse departamento que contribuiremos, com rigor e relevância, para tornar real a sociedade aberta e pluralista que queremos e devemos legar a nossos filhos.

Bibliografia

Gordon, R. A. Rigor and relevance in a changing institutional setting. *American Economic Review*, Mar. 1976.

Little, I. M. D. *A critique of welfare economics*. Oxford, Clarendon Press, 1950.

Samuelson, P. A. *Foundations of economic analysis*. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 1947.

Pirsig, R. M. *Zen and the art of motorcycle maintenance; an inquiry into values*. New York, Bantam, 1974.

Phelps, E. S. Money wage dynamics and labor market equilibrium. In: Edmund S. Phelps, ed. *Microeconomic foundations of employment and inflation theory*. New York, W. W. Norton, 1970.

Smith, Adam. *An inquire into the nature and causes of the wealth of nations*. Edwin Cannan, ed., New York, The Modern Library, 1937.